

Manifesto Contra a Regulamentação da Educação Domiciliar e em Defesa do Investimento nas Escolas Públicas

As Coalizões, Redes, Entidades Sindicais, Instituições Acadêmicas, Fóruns, Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil e Associações signatárias deste documento consideram que a possível autorização e regulamentação da educação domiciliar (homeschooling) é fator de EXTREMO RISCO e constitui mais um ataque ao direito à educação como uma das garantias fundamentais da pessoa humana. Tal regulamentação pode aprofundar ainda mais as imensas desigualdades social e educacional e multiplicar os casos de violência e desproteção aos quais estão submetidos milhões de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, nos manifestamos firmemente contrários aos Projetos de Lei de regulamentação da matéria presentes no Congresso Nacional, ao texto original e aos apensados, bem como à proposta de substitutivo ao PL 3.179/2012, elaborada pela deputada Luísa Canziani, texto que reforça em vários aspectos o PL 2.401/2019, apresentado pelo governo Bolsonaro ao Parlamento, e acrescenta novos pontos controvertidos.

A educação escolar (regular) necessita de mais investimentos e de efetivo regime de colaboração para superar os desafios históricos e atuais impostos pela pandemia e não da regulamentação de uma modalidade que ataca as finalidades da educação previstas no artigo 205 da Constituição Federal e amplia a desobrigação do Estado com a garantia do direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas.

Manifestamos também nossa grande preocupação com a tramitação do PL 3.262/2019, que visa descriminalizar a ausência de matrícula escolar de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos para famílias que adotarem a educação domiciliar. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados está prestes a votar o PL, remetendo-o diretamente ao plenário da Casa. Atualmente, a Lei Penal, em sintonia com preceitos constitucionais, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, prevê o crime de abandono intelectual aos pais que não mandarem seus filhos à escola. A tentativa de acelerar a votação desse projeto, com base em um texto extremamente problemático, é mais um ataque ao direito à educação e um risco ao debate democrático e responsável sobre uma temática tão sensível à sociedade.

É com preocupação que diversas instituições têm acompanhado o debate sobre a regulamentação da educação domiciliar no Congresso Nacional, dada as fragilidades argumentativas em torno de sua operacionalização e dos riscos que apresenta ao direito e prioridade absoluta da criança e do adolescente. Esse debate tem ocorrido não somente sobre o PL supracitado, como também e especialmente em torno do PL 3.179/2012 e seus apensados.

É espantosa a prioridade dada pelo governo Bolsonaro à regulamentação da educação domiciliar. O Brasil e o mundo atravessam um momento de profunda crise social, econômica, política e educacional; pessoas estão adoecendo física e mentalmente; a fome e o desemprego crescem de forma avassaladora; a pandemia da Covid-19 afetou toda a sociedade nas diversas instâncias, trazendo marcas indeléveis, sem falar nos abismos emocionais que as famílias têm enfrentado com as medidas restritivas. De maneira drástica e inconsequente, para dizer o mínimo, nosso país caminha para meio milhão de mortes decorrentes da pandemia. Faltam leitos em UTIs, medicamentos para intubação e a vacinação caminha a passos lentos.

No campo da educação, as secretarias estaduais, distrital e municipais estão desamparadas tanto financeiramente quanto para planejar e implementar o ensino remoto com tecnologias, o retorno às aulas presenciais, o enfrentamento da evasão escolar e o combate à violência doméstica. A inviabilização do Plano Nacional de Educação por uma absurda política econômica de austeridade fiscal e a ausência de coordenação federal, também na educação, denunciam a opção do Governo em desviar a atenção do que deveria ser prioritário na gestão de superação da pandemia. O debate sobre o homeschooling se apresenta como mais uma agenda inoportuna diante das agruras vividas pelos sistemas de ensino e a sociedade em geral.

Mesmo fora de um contexto de exceção e emergência, a regulamentação do ensino domiciliar não se mostraria solução viável para superar os problemas enfrentados pela educação. As prioridades passam pela expansão da educação integral, tal como acontece em países mais desenvolvidos em termos educacionais. As metas do Plano Nacional de Educação (e dos planos subnacionais) precisam ser cumpridas; o financiamento público requer mais aportes, inclusive com a vinculação dos recursos do Pré-sal para a educação; o Sistema Nacional de Educação carece de regulamentação para potencializar os regimes de cooperação e colaboração interfederativos, tendo o Custo Aluno Qualidade como referência, e para aprimorar a regulação da rede privada.

Neste momento, em particular, a vacinação dos profissionais da educação se coloca como prioridade para o retorno das aulas presenciais. Porém não basta vacinar, é preciso assegurar, em todas as escolas, EPIs e demais condições de segurança sanitária previstas em protocolos que priorizem a ampla testagem, o rastreamento e o isolamento dos infectados pelo coronavírus. As escolas necessitam de investimentos em infraestrutura e em equipamentos com conectividade universal e gratuita para estudantes e profissionais da educação, uma vez que o ensino híbrido deverá ser realidade mesmo no pós-pandemia.

Para tanto, o Congresso Nacional precisa aprovar o Piso Emergencial proposto pela Coalizão Direitos Valem Mais, derrubar o veto nº 10/2021 aposto ao PL 3.477/20 e assegurar a perenidade dos orçamentos da educação, sem cortes e contingenciamentos. Outra medida essencial e urgente consiste em identificar as situações mitigadoras da exclusão escolar e das violações do direito à educação durante a pandemia e investir em novos recursos pedagógicos e na busca ativa dos estudantes excluídos da escola, assegurando o pleno direito de todos à educação de qualidade.

Outras questões suscitadas na pandemia e muito sensíveis ao debate do homeschooling dizem respeito à insegurança alimentar de crianças e famílias que voltaram a fazer parte do Mapa da Fome da ONU, a invisibilidade dos casos de trabalho infantil e o aumento expressivo no número de agressões, violência doméstica e da violência sexual nos domicílios brasileiros, em especial contra meninas, mulheres e adolescentes LGBTI+. Casos verificados, contraditória e preocupantemente, num momento em que os registros de boletins de ocorrência despencaram! Isso revela a vulnerabilidade de nossas crianças e adolescentes sem o amparo da escola.

Diferente do que muitos imaginam a educação domiciliar não pode ser encarada como economia aos cofres públicos. As escolas, os conselhos tutelares (e o Estado) terão gastos extras com a fiscalização e adequação de suas estruturas e corpo funcional para acompanhar as matrículas e as respectivas atividades não presenciais previstas na proposta de regulamentação da educação domiciliar. Isto é falar no acompanhamento social, físico e mental das crianças confinadas em seus domicílios - ainda que muito limitado, já que há transferência do espaço público ao privado. Trata-se de situações não mensuradas nos projetos em debate no Congresso e sequer passíveis de solução dentro da constitucionalidade, do quadro de direitos humanos e nas normativas da educação, que certamente demandarão novas despesas nos orçamentos públicos e das escolas particulares. O Parlamento não pode aprovar projetos que elevam custos orçamentários sem a respectiva indicação de fontes de custeio e na contramão do que determina a legislação vigente.

Por outro lado, a defesa do ensino regular e presencial nas escolas se pauta em premissas que derivam de princípios constitucionais e de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. A formação educacional precisa assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Além disso, a escola é o local do coletivo, de oportunidades igualitárias para novas aprendizagens, de interação e respeito às diversidades, onde crianças e jovens desenvolvem habilidades socioemocionais e essenciais para poderem atuar e modificar as sociedades democráticas. É na comunidade que nos tornamos sujeitos, nos confrontamos e crescemos como pessoas; ampliamos nossa visão de mundo; compreendemos as necessidades alheias e a importância da construção de um mundo com justiça social, com empatia e solidariedade, que supere as discriminações e o racismo estrutural da sociedade brasileira.

O Parecer nº 34/2000 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação(CEB/CNE) e as decisões históricas do Supremo Tribunal Federal em julgamentos referentes a ações que tratam de leis inspiradas pelo movimento Escola sem Partido deixam evidente a importância da socialização de crianças e jovens na escola, oportunidade para viverem o diferente e o contraditório, aspectos fundamentais para o desenvolvimento. Reafirmam que as crianças e adolescentes, sujeitos de direitos em desenvolvimento, não podem ser compreendidos como propriedades de suas famílias e que devem ser garantidos a elas e a eles os direitos à convivência social e ao acesso aos conhecimentos científicos e humanísticos por meio das escolas, mesmo que esses conhecimentos entrem em confronto com as doutrinas políticas e religiosas de suas famílias.

A importância da família não é aqui desprezada, ao contrário. O processo educacional é uma ação recíproca, simultânea e de cumplicidade entre a sociedade, a comunidade educativa e o Estado. E as instituições escolares são espaços de construção de conhecimentos, experiências e vivências significativas e complementares à educação familiar. Uma não substitui a outra, elas se complementam. Ademais, as famílias e/ou responsáveis já têm a liberdade e a prerrogativa prevista em Lei para escolher a educação escolar de suas crianças e adolescentes.

Em face do exposto, reiteramos nossa convicção, fundamentada em elementos históricos, nos direitos humanos e em razões pedagógicas, na formação educacional a partir da intrínseca relação família - escola - sociedade - Estado. A imposição do homeschooling de forma abrupta e unilateral, desconsiderando inúmeras realidades pedagógicas e sociais e fragilizando ainda mais a condição docente, além de seu caráter elitista e de pseudoalternativa às demandas requeridas pela educação em todo o país, especialmente advindas da pandemia da Covid-19, não o credenciam como viável para a esmagadora maioria do povo brasileiro.

Por isso, de forma contundente, nos manifestamos extremamente contrários a qualquer tentativa de regulamentação da educação domiciliar no país pelo Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Manifestação presente em cerca de [150](#) posicionamentos públicos de diversos interlocutores do campo educacional apresentados ao Congresso Nacional nos últimos meses: de instituições acadêmicas, associações de gestoras e gestores públicos, entidades sindicais, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, redes e fóruns nacionais às entidades que representam institutos e fundações empresariais. Neste momento, estamos sintonizados com um uníssono NÃO à regulamentação da educação domiciliar no país.

ASSINAM ESTE MANIFESTO

1. ABRAPEE
2. Acampa pelo Direito a Paz e direito a Refúgio

3. Ação Educativa: Assessoria, Pesquisa e Informação
4. AEMA - Associação Educacional Maria Auxiliadora
5. Afoxé Alafin Oyó - ARC Afoxé Alafin Oyó
6. Aliança Nacional LGBTI+
7. AMPID Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos
8. ANDI - Comunicação e Direitos
9. ANEC Associação Nacional de Educação Católica
10. Antra – Associação Nacional De Travestis E Transexuais
11. APASE - Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo
12. apê - estudos em mobilidade
13. Aprofem
14. Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
15. ARTIGO 19
16. ASEA - Associação dos Estudantes e Amigos da África
17. Associação Amigos São Francisco Rodolfo Pirani
18. Associação Biblioteca Comunitária Maria das Neves Prado
19. Associação Brasileira De Alfabetização (Abalf)
20. Associação Brasileira De Ensino De Biologia (Sbenbio)
21. Associação Brasileira De Ensino De Psicologia (Abep)
22. Associação Brasileira De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais (Abgl)
23. Associação Brasileira De Organizações Não Governamentais (Abong)
24. Associação Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências (Abrapec)
25. Associação Brasileira De Saúde Coletiva (Abrasco)
26. Associação Brasileira Do Currículo (Abdc)
27. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
28. Associação Cidade Escola Aprendiz
29. Associação Companhia Terramar
30. Associação Cultural Kinoforum
31. Associação das Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino do Rio Grande do Sul (AESUFOPE)
32. Associação do Professores da PUC-Campinas APROPUC
33. Associação dos Docentes da Ufes (Adufes-S.Sind.)
34. Associação Dos Orientadores Educacionais Do Rs (Aoergs)

35. Associação dos Professores/as de Filosofia do Estado de São Paulo (APROFFESP)
36. Associação Dos Servidores Do Inep – Anísio Teixeira (Assinep)
37. Associação dos Trabalhadores Rurais Quilombolas Comunidade Vargem do Rancho e Sítio Capivara
38. AEMA/CE - Associação Educacional Maria Auxiliadora
39. Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD)
40. Associação Nacional de Ação Indigenista
41. Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBTI (ANAJUDH-LGBTI)
42. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia ANPEPP
43. Associação Nacional De Pesquisa Em Financiamento Da Educação (Fineduca)
44. Associação Nacional De Política E Administração Da Educação (Anpae)
45. Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Educação (Anped)
46. Associação Nacional De Pós-Graduação Em Filosofia (Anpof)
47. Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior (Andifes)
48. Associação Nacional Dos Pós-Graduandos (Anpg)
49. Associação Nacional Pela Formação Dos Profissionais Da Educação (Anfope)
50. Associação Pró-Melhoramentos do Bairros Vila Maria Helena e Jardim Primavera
51. Associação Rede Unida
52. Associação Redes de Desenvolvimento da Maré
53. Associação Remanescente dos Quilombos de Salva Vidas
54. Associação: AMAÍ- Morada do Arco-íris LGBT BRASIL
55. Ativa Educação
56. Avante Educação e Mobilização Social
57. Bc. Tapete Literário
58. BCJCS - Biblioteca Comunitária Josimar Coelho da Silva
59. Biblioteca Comunitária MANNNS
60. Biblioteca Varanda Literária Maria de Lourdes Miranda
61. Brigada pela Vida de São Paulo
62. CACS - FUNDEB
63. CAIC Carlos Drummond de Andrade
64. Campanha Nacional Pelo Direito À Educação
65. Casa 8 de Março
66. Católicas pelo Direito de Decidir
67. CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz

68. Cedes – Centro De Estudos Educação & Sociedade
69. Central Da Classe Trabalhadora - Intersindical
70. Central De Trabalhadores E Trabalhadoras Do Brasil (CTB)
71. Central Única Dos Trabalhadores (CUT)
72. Centro Cultural Comunitário Chocobim
73. CMC - Centro das Mulheres do Cabo
74. Centro de Cultura Luiz Freire
75. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Ceará
76. Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS)
77. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca) - Limeira
78. Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS)
79. Centro de Educação Popular Mailde Araújo - CEPOMA
80. Centro De Estudos E Pesquisas Em Educação, Cultura E Ação Comunitária (Cenpec)
81. Centro de Referências em Educação Integral
82. Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (CENDHEC)
83. Centro Dos Professores Do Estado Do Rs - Cpers/ Sindicato
84. Centro Educacional Santa Teresinha - CEST
85. Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)
86. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
87. Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)
88. Centro Paulo Freire-Estudos e Pesquisas CPFreire
89. CEU EMEF CIDADE DUTRA
90. CEU- CASA DE ESTUDOS URBANOS
91. CMEI PADRE PAULINO, Rio Largo Al
92. Coalizão Direitos Valem Mais
93. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora
94. Colégio Salesiano Dom Bosco Rio do Sul
95. Colégio Salesiano de Belo Horizonte - CSBH
96. Colégio Vicentino Virgem Poderosa
97. Coletâncias Coletivo Pela Infância
98. Coletivo Artigo 227
99. Coletivo a Vez e a Voz das Crianças
100. Coletivo Do Estradão

101. Coletivo Educação Solidária
102. Coletivo ELA - Educação Liberdade para Aprender
103. Coletivo Escola Família Amazonas (CEFA)
104. Coletivo Favela no Poder
105. Coletivo Feminista Helen Keller
106. Coletivo Paulo Freire
107. Coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP)
108. Coletivxs
109. COMDICA Brejo da Madre de Deus
110. Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo - CDHPPF
111. Comissão pro Arraial do Sítio dos Pintos
112. Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM Brasil)
113. Comitê de Educação Integral do RN
114. Comitê gestor do Fórum Sul Mineiro de Educação
115. Comitê Popular Estadual de Acompanhamento da Crise Educacional no Rio Grande do Sul
116. Comitê Territorial Baiano de Educação Integral
117. Comitê Territorial de Educação Integral do RN (CTEIRN)
118. Conectas Direitos Humanos
119. Confederação Nacional Das Associações De Moradores (Conam)
120. Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Educação (CNTE)
121. Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Estabelecimentos De Ensino (Contee)
122. Confederação Nacional Dos Trabalhadores Na Agricultura (Contag)
123. Confederação Nacional Dos Trabalhadores No Serviço Público Municipal (Confetam)
124. Conselho De Acompanhamento E Controle Social Do Fundeb De Mucuri-Ba
125. Conselho Federal De Fonoaudiologia (CFFA)
126. Conselho Federal De Psicologia (CFP)
127. Conselho Municipal de Educação (CME) de Itajá (GO)
128. Conselho Municipal de Educação (CME) de Lauro de Freitas (BA)
129. Conselho Municipal da Educação (CME) de Cravinhos (SP)
130. Conselho Municipal De Alimentação Escolar De Mucuri – Ba
131. Conselho Municipal de Educação (CME) de Igarassu (PE)
132. Conselho Municipal de Educação (CME) de Presidente Prudente (SP)

133. Conselho Municipal de Educação CME-BH
134. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo
135. Conselho Municipal de Educação de Caraguatatuba
136. Conselho Nacional Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica (Conif)
137. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
138. Conselho Nacional De Ouvidorias Das Defensorias Públicas
139. Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região- Crefono 2
140. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
141. Creche Rosângela de Fátima Medeiros
142. Criando Asas
143. CRJPMS - Comissão Regional de Justiça e Paz - Mato Grosso do Sul
144. CUT PIAUÍ
145. Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí
146. Diversias - Grupo de Estudos em Diversidade, Educação e Controvérsias (PUC-Rio)
147. E.J.E Escola de Educação Infantil LTDA
148. E.M. Prefeito Nilton Bretas
149. E.M.E.I.E.F 13 de Maio
150. EM Profa Alzira Mazzoni
151. EMAAS
152. Emeb Donald Savazoni
153. Emeb Telma Simas
154. Emef Duque de Caxias
155. ENP - Elas no Poder
156. ESB _ Escola Salesiana Brasília
157. Escola Aida Ramalho Cortez AIDA
158. Escola Estadual Alexandrina Gomes de Araújo Rodrigues
159. Escola Estadual Desembargador Augusto Costa
160. Escola Estadual Maria Arioene de Souza
161. Escola Municipal Aida Ramalho Cortez - EMARC/Campo Redondo - RN
162. Escola Municipal Cônsul Geral Bernhard Kalscheuer
163. Escola Municipal D.Antonio Brandão
164. Escola Municipal Dona Toinha Pe

165. Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon
166. Escola Municipal Sítio Várzea Grande Calumbí -PE.
167. Escola Unidade Escolar IX Antonio Sales Martins CR/RN
168. Escola Vera Cruz
169. Faculdade Ciências da Vida/Instituto Vida e Saúde - FCV
170. Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
171. Federação De Sindicatos De Trabalhadores Técnico-Administrativos Em Instituições De Ensino Superior Públicas Do Brasil (Fasubra)
172. Federação dos trab. Da Adm. E do serviço Público Municipal no Estado de São Paulo - FETAM-SP
173. Federação Estadual Dos Trabalhadores Na Educação Pública Do Estado De São Paulo – Fete/Sp
174. Federação Interestadual De Trabalhadores Em Educação Pública (Fite)
175. Federação Interestadual Dos Trabalhadores Em Estabelecimento De Ensino Privado Do Nordeste (Fitraene/Ne)
176. FEI/RN
177. FEIBH - Fórum de Educação Infantil de Belo Horizonte - FEIBH
178. FEIRAJ
179. FEMERGS -Federação dos Municipários do Estado do Rio Grande do Sul
180. FEPEC
181. FETAM - Federação dos Trabalhadores da Administração e do Serviço Público Municipal no Estado de São Paulo
182. FMEI - Fórum Mineiro de Educação Infantil
183. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
184. Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA)
185. Fórum de Educação da Zona Leste da Cidade de São Paulo (FEZL-SP)
186. Fórum de educação infantil da Zona da Mata - FEIZM
187. Fórum de Educação Infantil do Ceará - FEIC
188. Fórum de Educação Infantil do Distrito Federal- FEIDF
189. Fórum de Educação Infantil do Paraná - FEIPAR
190. Fórum de Educação Infantil do Piauí
191. Fórum de Educação Infantil do Rio Grande do Norte (FEIRN)
192. Fórum de Educação Integral para uma Cidade Educadora
193. Fórum De Presidentes E Vice-Presidentes De Comissões De Educação Das Assembleias Legislativas
194. Fórum de Professoras e Professores Estaduais da 28ª CRE

195. Fórum Distrital De Educação - Df
196. Fórum do Agreste Paraibano de Educação Infantil - FAPEI
197. Fórum em Defesa da Educação Infantil de Pernambuco (FEIPE)
198. Fórum Estadual De Educação - Pa
199. Fórum Estadual de Educação - SP
200. Fórum Estadual De Educação – Al
201. Fórum Estadual De Educação – Ce
202. Fórum Estadual De Educação – Go
203. Fórum Estadual De Educação – Ma
204. Fórum Estadual De Educação – Ms
205. Fórum Estadual De Educação – Rj
206. Fórum Estadual De Educação – Rn
207. Fórum Estadual De Educação – Rr
208. Fórum Estadual De Educação Da Paraíba – Pb
209. Fórum Estadual de Educação de Pernambuco
210. Fórum Estadual Permanente De Educação – Mg
211. Fórum Estadual Popular De Educação – Am
212. Fórum Estadual Popular De Educação – Es
213. Fórum Estadual Popular De Educação – Pe
214. Fórum Estadual Popular De Educação – Pr
215. Fórum Estadual Popular De Educação – Rn
216. Fórum Estadual Popular De Educação De Santa Catarina – Sc
217. Fórum Estadual Popular de Educação-RN
218. FÓRUM GAÚCHO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
219. Fórum Matogrossense de Educação Infantil
220. Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da criança e do adolescente de Juiz de Fora- Fórum DEDICA JF
221. Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo - FME/SP
222. Fórum Municipal De Educação Mucuri – Bahia
223. Fórum Municipal Mova SP
224. Fórum Nacional de Educação Inclusiva (FONEI)
225. Fórum Nacional Dos Coordenadores Institucionais Do Parfor – Forparfor
226. Fórum Nacional Dos Coordenadores Institucionais Do Programa Institucional De Bolsas De Iniciação À Docência (Forpibid)

227. Fórum Nacional Popular De Educação (FNPE)
228. Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI)
229. Fórum Piauiense de Educação de Jovens e Adultos
230. Fórum Popular De Educação Infantil Do Espírito Santo - Fopeies/Mieib
231. Fórum Popular De Mulheres De Porto Velho-Ro-Fpm-Pvh
232. Fórum Regional de Mulheres da Zona Oeste
233. Fórum Sul Mineiro de Educação Infantil - FSMEI
234. Forumdir – Fórum Nacional De Diretores De Faculdades, Centro De Educação Ou Equivalentes Das Universidades Públicas Brasileiras
235. FORUMEIMS - Fórum Permanente de Educação Infantil de Mato Grosso do Sul
236. Fóruns De Eja Do Brasil – Fóruns De Educação De Jovens E Adultos Do Brasil
237. Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social
238. GADvS - Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero
239. GEERGE Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero Faculdade de Educação UFRGS
240. Geledés Instituto da Mulher Negra
241. Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças (GCASC)
242. Grupo Curumim
243. Grupo de Estudos e Pesquisa: Conservadorismo e Educação Brasileira (GEPCEB-UFF)
244. Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE)
245. Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude (GEPEJ/UFMG)
246. Grupo de Pesquisa e Estudos Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos - GESDI/UERJ
247. Grupo de Pesquisa Pedagogia histórico-crítica e educação escolar
248. Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato
249. Grupo Dignidade
250. Grupo Mulher Maravilha
251. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, GPEA-UFMT
252. IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
253. IMA Poa (Instituto Maria Auxiliadora)
254. INCT PROPRIETAS
255. Iniciativa De Olho Nos Planos
256. Inspetoria Nossa Senhora da Paz INSPAZ

257. Instituto Laura Vicuña Porto Velho
258. Instituto Alana (IA)
259. Instituto Aldeia - Hub de Educação RJ
260. Instituto Avisa Lá Formação Continuada de Educadores
261. Instituto Brasiliana
262. Instituto Dakini
263. Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR
264. Instituto De Estudos, Formação E Assessoria Em Políticas Sociais - Pólis
265. Instituto Fábrica do Futuro
266. Instituto Fazendo História - IFH
267. Instituto Jô Clemente - IJC
268. Instituto Maria Auxiliadora - IMA Rio do Sul SC
269. Instituto Nossa Senhora Auxiliadora- INSA
270. Instituto Nossa Senhora de Lourdes
271. Instituto Paulo Freire - IPF
272. Instituto Qualidade - IQ
273. Instituto Rodrigo Mendes - IRM
274. Instituto Semear Diversidade
275. Instituto Soma Brasil
276. Instituto Vladimir Herzog - IVH
277. Instituto Yandê
278. Juventude da Femab
279. Laboratório de Educação
280. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED/FE/UNICAMP)
281. Laboratório de Políticas Públicas Da Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro - Lpp/Uerj
282. Levante das Mulheres Brasileiras
283. Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)
284. Mais Diferenças (MD)
285. Ministério Público do Paraná
286. Movimento Uniforço Matu
287. Movimento Articulađo de Mulheres da AMAZÔNIA
288. Movimento BH pela Infância
289. Movimento de Ação e Inovação Social (MAIS)

290. Movimento de Mulheres do Tapanã
291. Movimento Dos Atingidos Por Barragens (MAB)
292. Movimento Dos Pequenos Agricultores (MPA)
293. Movimento Dos Sem Terra (MST)
294. Movimento Interforuns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB)
295. Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH Brasil
296. Movimento Nacional Em Defesa Do Ensino Médio (MNEM)
297. Movimento Nacional Meninos e Meninas de Ruas de PE
298. Movimento Negro Unificado (MNU)
299. Movimento Revoada
300. NUDISEX - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual
301. NUPPEGE- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação/UFPI
302. Observatório da Laicidade na Educação - OLÉ-UFF
303. Observatório Nacional de Educação Integral
304. Oposição Alternativa Sintepe
305. Particular CIR
306. Partido dos Trabalhadores - PT
307. PDMIG - África do Coração
308. Plan International Brasil
309. Plataforma Dhesca Brasil
310. PMI
311. Prefeitura da Cidade do Recife - PCR
312. Prefeitura de Nazaré da Mata.
313. Prefeitura de São Caetano do Sul
314. Professora Prefeitura do Recife
315. Proifes – Federação De Sindicatos De Professores E Professoras De Instituições Federais De Ensino Superior E De Ensino Básico Técnico E Tecnológico.
316. Projeto Curumim
317. PUCSP
318. Rádio Comunitária Cantareira FM
319. Red Estrado – Rede Latino-Americana De Estudos E Políticas Sobre Trabalho Docente.
320. Rede Brasileira Infância e Consumo (REBRINC)
321. Rede Comunica Educação

322. Rede de Territórios Educativos de S. Luís Maranhão
323. Rede Escola Pública E Universidade (Repu)
324. Rede Feminista de Saúde
325. Rede Internacional de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática (REAJA)
326. Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA)
327. Rede Quilombação
328. Rede Salesiana Brasil-RSB
329. Seção Sindical Dos Docentes Da Universidade Federal Rural De Pernambuco – Aduferpe
330. Secretaria de Educação de Campo Redondo
331. Secretaria de Educação de Pernambuco
332. Secretaria de Educação de Tabira
333. Secretaria de Educação do Piauí (SEDUC)
334. Secretaria Municipal de Educação de Franco da Rocha
335. Secretaria Municipal de Educação de Maceió - SEMED/MACEIÓ
336. Secretaria Municipal de Educação SME-SP
337. Secretaria de Educação e Esporte do Paraná - Seed/PR
338. Secretaria de Estado da Educação do Goiás - Seduc/GO
339. Setorial Municipal de Educação do PT São Paulo
340. Sindicato Dos Professores Da Rede Pública Municipal De Ijuí/Rs – Apmi/Sindicato
341. Sindicato dos Professores de Recife
342. Sindicato Dos Professores Do Ensino Oficial Do Estado De São Paulo - Apeoesp
343. Sindicato Dos Professores Do Municipio De Olinda – Sinpmol
344. Sindicato Dos Professores Municipais De Santa Maria – Sinprosm
345. Sindicato Dos Professores Municipais de Santo Ângelo/RS
346. Sindicato Dos Professores No Distrito Federal – Sinpro/DF
347. Sindicato dos Profissionais de Educação de Pernambuco
348. Sindicato Dos Servidores Do Magistério Municipal De Araucária - Sismmar
349. Sindicato Dos Servidores Públicos De Palmas De Monte Alto-Ba – Sindpalmas
350. Sindicato Dos Servidores Públicos Lotados Nas Secretarias De Educação E De Cultura Do Estado Do Ceará E Nas Secretarias Ou Departamentos De Educação E/Ou Cultura Dos Municípios Do Ceará – Apeoc
351. Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais De Caraúbas/RN – Sindspumc
352. Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais De Mucuri-Ba- Sindiservim

353. Sindicato Dos Trabalhadores Da Educação De Alagoas – Sintéal
354. Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Rio Grande do Norte (SINTE/RN)
355. Sindicato Dos Trabalhadores E Trabalhadoras Em Educação Do Estado Da Paraíba – Sintep/PB
356. Sindicato Dos Trabalhadores E Trabalhadoras Em Educação Pública Do Pará – Sintepp
357. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública no Piauí (SINTE/PI)
358. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Das Redes Públicas Estadual E Municipais Do Ensino Pré-Escolar, Fundamental E Médio Do Estado Da Bahia – Aplb/Sindicato
359. Sindicato dos trabalhadores em educação de Correntina-BA (SINDTEC)
360. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação De Goiás – Sintego
361. Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE)
362. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação De Rio Grande – Sinterg/Rs
363. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Do Estado Acre – Sinteac
364. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Do Estado Do Amazonas – Sinteam
365. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Do Município De João Pessoa – Sintem
366. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Do Município Do Jaboatão Dos Guararapes – Sinproja
367. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação No Estado De Rondônia-Sintero
368. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Pública Do Paraná – App/PR
369. Sindicato Dos Trabalhadores Em Estabelecimentos De Ensino No Município De Balsas – Sinteeba
370. Sindicato Dos Trabalhadores Em Instituições Federais De Educação Profissional E Tecnológica – Sintef/Go
371. Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de PE (SINDPDPE)
372. Sindicato Dos Trabalhadores Municipais De Educação De Colombo – Apmc
373. Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo - SINDSEP/SP
374. Sindicato Dos Trabalhadores No Ensino Público De Mato Grosso - Sintep-MT
375. Sindicato Dos Trabalhadores Públicos Municipais Do Agreste E Borborema-Sintab
376. Sindicato Dos/As Trabalhadores/As Em Educação No Estado Do Tocantins – Sintet
377. Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul - ADUFRGS-Sindical
378. Sindicato Municipal de Professores de Recife (SIMPERE)
379. Sindicato Municipal Dos Trabalhadores Da Educação De Pio IX - Simtep
380. Sindicato Nacional Dos Servidores Federais Da Educação Básica, Profissional E Tecnológica - Sinasefe

381. SINDISEPI
382. Sinesp
383. Sinpro Campinas e Região
384. Sinte - PI - Regional de Demerval Lobão
385. SINTEMO- Sindicato dos trabalhadores da Educação Municipal de Oeiras Piauí
386. SINTEPP - Regional.Xingu - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará.
387. Sindicato Único Dos Trabalhadores Em Educação De Minas Gerais – Sindute/MG
388. SME Campo Redondo
389. SME DREPE
390. Sociedade Brasileira De Educação Matemática – Sbem
391. Sociedade Brasileira De Ensino De Química – Sbenq
392. Sociedade Brasileira De Sociologia – SBS
393. TAMBÉM - Grupo pela livre expressão sexual Pelotas RS
394. Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos
395. UAEI
396. UBM/RS- União Brasileira de Mulheres
397. Uergs
398. Uergs - Grupo de pesquisa Educação Diversidade Etnico Racial e Direitos Humanos -GEDERDH
399. UERJ
400. UEV João Victor de Oliveira
401. UFCG
402. UFLA
403. UFRN
404. UNEMAT
405. União Brasileira De Mulheres (UBM)
406. União Brasileira Dos Estudantes Secundaristas (UBES)
407. União Nacional Dos Conselhos Municipais De Educação (UNCME)
408. União Nacional Dos Estudantes (UNE)
409. União Paulista dos Estudantes Secundaristas - UPES
410. Unidade Escolar Costa ALVARENGA (Professora de Ciências)
411. Unidade Escolar Dr. José de Moura Fé - UEJMF
412. Unidade Escolar V João Victor de Oliveira

- 413. Universidade de Passo Fundo - UPF
- 414. Universidade de Gurupi - Unirg
- 415. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape)
- 416. Usina da Imaginação
- 417. Villa Criar - Escola e Centro de Estudos
- 418. Virada Sustentável